

Série Biota Síntese:
Nota Técnico-Científica 2

RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS:

Financiamento por meio de
Blended Finance e Fundos
de Biodiversidade

Série Biota Síntese:
Nota Técnico-Científica 2

RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS:

Financiamento por meio de
Blended Finance e Fundos
de Biodiversidade

Agosto de 2023

Série Biota Síntese

Edição



Realização

Apoio





Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença **Creative Commons** indicada.

Catálogo na Publicação
Divisão de Gestão de Tratamento da Informação da
Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP

Souza, Fernando Henrique

Restauração de ecossistemas : financiamento por meio de Blended Finance e fundos de biodiversidade [recurso eletrônico] / Fernando H. Sousa, Rafael B. Chaves, Alexandre G. Braga – São Paulo : Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, 2023. 45 p. : il. – (Série Biota Síntese: nota técnico-científica ; 2)

ISBN 978-65-87773-62-9

DOI 10.11606/9786587773629

1. Ecossistemas (Restauração) 2. Biodiversidade 3. Políticas públicas 4. Financiamento I. Chaves, Rafael Barreiro II. Braga, Alexandre de Gerard III Série Biota Síntese

CDD (23.ed) – 577

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira – CRB-8/6888

Como citar esta publicação:

SOUZA, F.H.; CHAVES, R.B.; BRAGA, A.G.. *Restauração de ecossistemas: financiamento por meio de Blended Finance e fundos de biodiversidade*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP; Instituto de Pesquisas Ambientais, 2023.

Série Biota Síntese:
Nota Técnico-Científica 2

RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS:

Financiamento por meio de
Blended Finance e Fundos
de Biodiversidade

Autores

Fernando H. Sousa
Rafael B. Chaves
Alexandre G. Braga

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Diretor: Guilherme Ary Plonski
Vice-diretora: Roseli de Deus Lopes

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretária: Natália Resende
Subsecretário de Meio Ambiente: Jônatas Trindade

INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS

Coordenador: Marco Aurelio Nalon
Substituto: Emerson Alves da Silva

SUMÁRIO

- 5 A SÉRIE BIOTA SÍNTESE
- 7 APRESENTAÇÃO: CONTEXTO
- 10 INTRODUÇÃO
- 12 MECANISMOS: O *BLENDED FINANCE* E O CAPITAL CONCESSIONAL (OU CATALÍTICO)
- 14 A COP 15 E A EMERGÊNCIA DE FUNDOS DE BIODIVERSIDADE
- 17 FONTES POTENCIAIS DE RECURSOS PARA RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS EM LARGA ESCALA
- 19 REFERÊNCIAS
- 20 ANEXO I
- 45 AUTORES

A SÉRIE BIOTA SÍNTESE

Coordenação do Biota Síntese:

**Jean Paul Metzger, Rafael B. Chaves,
Gerd Sparovek, Carlos Alfredo Joly**

A intensificação dos impactos socioambientais, principalmente aqueles ligados às mudanças climáticas, à rápida perda da biodiversidade e à degradação de ecossistemas naturais, é um claro alerta. A tendência atual de degradação intensa e abrangente não é sustentável a curto, médio ou longo prazo. O momento de ação é agora, não apenas para a redução dos vetores de degradação como também para reversão desta tendência de perda de espécies e serviços ecossistêmicos, que diretamente afetam nosso bem-estar e saúde. É urgente e preciso inovar na forma de produzir respostas e transformar o conhecimento científico, as experiências práticas de governança e o conhecimento local, tradicional e ancestral em “conhecimento acionável”.

O “Biota Síntese” (Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza) visa a avançar neste sentido, aproximando partes interessadas da academia e instituições governamentais e não governamentais, para coproduzir conhecimento que possa ser utilizado em práticas e políticas públicas socioambientais no âmbito do estado de São Paulo.

O foco do Biota Síntese é a coprodução, de forma colaborativa e transdisciplinar, de soluções baseadas na natureza. Essas soluções englobam um amplo espectro de ações, da conservação ao uso sustentável e à restauração, que se utilizam de processos ou serviços ecossistêmicos para enfrentar desafios sociais, gerando benefícios tanto para a sociedade quanto para a biodiversidade. É importante: essas soluções precisam ser cocriadas.

O Biota Síntese oferece esse espaço de encontro e discussão, de aproximação entre atores que participam da formulação de políticas públicas. O cientista quer contribuir com evidências e dados, o gestor público quer embasar suas ações em ciência e a sociedade civil quer trazer suas demandas e experiências. Há vontade, complementaridade e sinergia na participação conjunta desses atores

na formulação, desenho, redesenho, análise, monitoramento, implementação e inovação na gestão pública. O maior desafio é operacional; ao criar um espaço de diálogo, o Biota Síntese procura contribuir para catalisar essas interações e permite que o conhecimento já existente possa ser reanalisado, recontextualizado para embasar ações transformativas, voltadas para transições sustentáveis. Essa forma de produzir conhecimento a partir de dados já existentes, também conhecida como “ciência de síntese”, é a principal abordagem utilizada pelo grupo.

Com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), somamos cerca de 100 membros, entre pesquisadores principais, associados e colaboradores, provindos de diversas instituições (5 universidades, 6 institutos de pesquisa, 3 secretarias estaduais, 3 prefeituras e 4 organizações não governamentais).

Acreditamos que a publicação de documentos de síntese, escritos de forma simples e que dialogam diretamente com demandas da atualidade, é uma forma efetiva de comunicação, registro e interação entre a ciência e a sociedade.

Com esse intuito, numa parceria do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, que abriga o Biota Síntese, com o Instituto de Pesquisas Ambientais e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, lançamos a “Série Biota Síntese”, um meio de registro e apresentação do “conhecimento acionável” para transições sustentáveis.

Esperamos que todos aproveitem e façam uso deste conhecimento.

APRESENTAÇÃO: CONTEXTO

Coordenação do Biota Síntese:

**Jean Paul Metzger, Rafael B. Chaves,
Gerd Sparovek, Carlos Alfredo Joly**

Esta Nota Técnica apresenta fontes de financiamento nacionais e internacionais para a restauração de ecossistemas e a conservação da biodiversidade, visando apoiar o desenvolvimento de políticas públicas de restauração de paisagens e ecossistemas. Foi elaborada em coprodução, a partir de levantamentos realizados no início de 2023 por pesquisadores do programa Biota Síntese e agentes públicos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil-SP). Trata-se de um diagnóstico preliminar, não exaustivo, que, junto com outros estudos, pode subsidiar o debate, a análise e a construção de políticas públicas inovadoras alinhadas às metas de programas como o ReflorestaSP e o Plano de Ação Climática de SP.

Em julho de 2022, o projeto Biota Síntese lançou o documento “Contribuições ao Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo (PAC)”. Trata-se de contribuições vindas de um conjunto relevante de agentes públicos do estado de São Paulo, pesquisadores, representantes de instituições técnico-científicas e de instituições da sociedade civil, que se reuniram em sessões de síntese no Instituto de Estudos Avançados da USP no período de maio e junho de 2022.

O documento elencou sete prioridades estratégicas como recomendações para a consecução do PAC 2050, com repercussões no Programa ReflorestaSP da Semil e no Programa Agro Legal da SAA. Trata-se de diretrizes fundamentais para o efetivo atingimento da meta estadual de restaurar 1,5 milhão de hectares de vegetação nativa no território paulista.

(i) ESTRATÉGIA 1

Atuar de forma dinâmica e interdisciplinar na concepção e implementação das ações, valorizando tanto processos ambientais, quanto processos socioeconômicos, assim como os atores.

(ii) ESTRATÉGIA 2

Fomentar a restauração com retorno econômico e cadeias comerciais de produtos de restauração.

(iii) ESTRATÉGIA 3

Fomentar o mercado de carbono e outros serviços ambientais.

(iv) ESTRATÉGIA 4

Otimizar a relação custo-benefício da restauração fomentando arranjos econômicos inovadores.

(v) ESTRATÉGIA 5

Adotar estratégias específicas de restauração obrigatória de pequenos, médios e grandes déficits alinhados ao perfil dos proprietários, à sua distribuição geográfica e aos benefícios ambientais.

(vi) ESTRATÉGIA 6

Engajar os municípios no compromisso pela restauração.

(vii) ESTRATÉGIA 7

Fomentar novas oportunidades de restauração com foco em adaptação climática em áreas periurbanas.

A **Estratégia 4** apresentou um conjunto de arranjos econômicos detalhados no **Anexo 4. Síntese do Grupo de Trabalho Arranjos Econômicos – Fomento à restauração incentivada de paisagens e ecossistemas no estado de São Paulo**. A problemática da redução dos riscos financeiros para alavancagem da restauração e a disponibilidade de recursos públicos e privados que possam absorver as incertezas de operações de um modelo econômico ainda em fase emergente foi endereçada no item que trata sobre *Blended Finance*¹ (arranjos de financiamento com combinação de fontes). A análise recomendou uma ação estratégica de captação de recursos catalíticos que possam apoiar a restauração mediante a redução dos custos de transação, redução de riscos e incertezas e atração de investimentos privados em bioeconomia.

¹ Cf. o documento Biota Síntese. Contribuição ao PAC, em seu ANEXO 4. O arranjo de Blended Finance é “uma estrutura híbrida de financiamento que adota uma estratégia da combinação do capital comercial público e/ou privado interessado em retorno econômico e socioambiental, com um capital catalítico (filantrópico ou de fomento) interessado em ampliar o resultado socioambiental positivo. O objetivo do arranjo é reduzir o risco da operação, e, conseqüentemente, melhorar as condições de custo e retorno do financiamento”.

No período da transição do executivo paulista, um importante fato evidenciou a pauta de financiamento para a conservação e restauração da biodiversidade: a aprovação e o lançamento do **Marco Global da Biodiversidade Kunming-Montréal**, anunciado em dezembro de 2022 na 15ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) da ONU. Nesse documento, foram acordados, como um dos seus objetivos, a criação e o desenvolvimento de instrumentos econômicos para transferência de recursos de “países desenvolvidos” para “países em desenvolvimento”. Esse montante se eleva a pelo menos US\$ 20 bilhões anuais até 2025, com aumento progressivo para ao menos US\$ 30 bilhões até 2030, visando contribuir para o cumprimento das metas de salvaguarda e recuperação dos ecossistemas.

É nesse contexto de oportunidades e de evolução dos debates iniciados nas Contribuições ao PAC 2050 que o Biota Síntese apresenta esta nota técnica sobre fontes potenciais de financiamento catalítico. Entendemos que a nota pode apoiar a elaboração de uma estratégia de financiamento para a restauração incentivada de 700 mil hectares no estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Desenvolver, articular e implementar políticas públicas voltadas para a restauração de ecossistemas em larga escala é um desafio novo para agentes públicos, sociedade civil, instituições de pesquisa e iniciativa privada. Essa pauta foi recentemente impulsionada pelos compromissos globais de ação climática assumidos por governos nacionais e subnacionais, como o Acordo de Paris, e pelo chamado da Década da Restauração dos Ecossistemas 2021-2030 promovido pela Organização das Nações Unidas.

Nesse contexto, o programa ReflorestaSP é uma iniciativa ambiciosa do governo do estado de São Paulo, lançado por meio do Decreto n.66.550 de 7 de março de 2022. O executivo estadual delineou seus objetivos, especificamente no artigo 2º e seus incisos:

Artigo 2º - O “Programa ReflorestaSP” tem como objetivo geral o fomento à delimitação, demarcação e recuperação de matas ciliares e outros tipos de fragmentos florestais multifuncionais, de sistemas agroflorestais e silvipastoris e a recuperação de áreas degradadas, de modo a contribuir para:

I – mitigação das mudanças climáticas, por meio da captura e armazenamento de carbono em biomassa e no solo, da redução da emissão de gases de efeito estufa e da produção de energia renovável;

II – aumento da resiliência climática;

III – conservação da biodiversidade;

IV – ampliação da cobertura natural, especialmente nas regiões com baixos índices de vegetação nativa;

V – conservação dos recursos hídricos, pela utilização de infraestrutura verde e de soluções baseadas na natureza;

VI – estímulo à bioeconomia, com geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico e social sustentável.

Como a “recuperação da vegetação nativa” (Brasil, 2017) e a “restauração de paisagens e ecossistemas” (IUCN, 2019) são tarefas que requerem análises complexas, cuidados técnicos específicos para os diferentes ecossistemas e, especialmente, uma consistência e continuidade na implementação dos programas no médio e no longo prazo, o cumprimento dos objetivos listados acima demanda uma estabilidade no financiamento das ações para se garantir a eficácia das políticas públicas. Tal preocupação já vem sendo debatida nos últimos anos em diferentes fóruns e pesquisas, como as realizadas pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) e Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) no âmbito da avaliação da implementação da restauração em larga escala preconizada pelo Planaveg (Brasil, 2017). Nesses estudos, os pesquisadores já apontavam a necessidade de se realizar o desenho de estratégias que garantam um financiamento de longo prazo, considerado de maneira integrada com a paisagem e com a combinação de diversas fontes de recursos:

Viabilizar os investimentos necessários para o desenvolvimento de uma recuperação da vegetação nativa em larga escala compatível com o nível de ambição da NDC brasileira tem de ser feito no âmbito de uma abordagem de planejamento e gestão integrada da paisagem, onde questões econômicas, sociais e ambientais são consideradas de forma conjunta em iniciativas financiadas por diversos tipos de recursos financeiros (fundo perdido, linhas de crédito concessionais e tradicionais) articulados em arranjos combinados (*blended finance*). (Schmitt et al., 2019)

A atenção com a longa duração na provisão de recursos, com a garantia de sua sustentabilidade no tempo e com a boa gestão de sua alocação, é ainda mais urgente e pertinente quando consideramos os compromissos firmados pelo Brasil nas metas nacionais de contribuição (NDC) assinados no Acordo de Paris em 2015, e nos compromissos do estado de São Paulo no Plano de Ação Climática (PAC) 2050. Nesse sentido, um grupo de trabalho no âmbito do Biota Síntese buscou empreender levantamento não exaustivo, indicando possibilidades de subsídios para a consolidação de uma política pública paulista que seja proativa na construção dos mecanismos e na captação dos recursos que viabilizem os programas de restauração de paisagens e ecossistemas em larga escala.

MECANISMOS: O *BLENDED FINANCE* E O CAPITAL CONCESSIONAL (OU CATALÍTICO)

Os mecanismos de *Blended Finance* (arranjos de financiamento com combinação de fontes) podem ser fundamentais para mobilizar investimentos privados em direção ao desenvolvimento de modelos de negócios baseados em restauração de ecossistemas, incluindo as agro-florestas e as florestas multifuncionais. Essa mecânica de mobilização se baseia na lógica de estruturação de um arranjo no qual recursos oriundos de fontes públicas, organismos multilaterais, bancos de desenvolvimento e fundos filantrópicos atuam nas funções de redução de riscos, garantias e provisão de assistência técnica. Em geral, mecanismos de *Blended Finance* têm por objetivo multiplicar a captação no mercado privado considerando o montante captado originalmente como capital concessional.

A seguir, apresentamos as funções de cada grupo de fontes de recursos que pode compor uma estratégia de *Blended Finance* realizada pelo estado de São Paulo para o financiamento de políticas de restauração de paisagens e ecossistemas em larga escala.

(i) CAPITAL CONCESSIONAL: Oriundo de organismos multilaterais, órgãos de fomento, bancos de desenvolvimento, fundos de filantropia, entre outros, com foco em assegurar garantias de projetos, redução de taxas para operações reembolsáveis e projetos não reembolsáveis. Também pode atuar financiando assistência técnica para viabilizar a estruturação apropriada para captação de recursos junto aos fundos privados nacionais e internacionais. No caso de projetos de restauração florestal com aproveitamento econômico, por exemplo, poderiam atuar também como mecanismo de equalização de taxas e contrapartida para o seguro-rural.

(ii) RECURSOS PÚBLICOS: Alocação de recursos de fontes públicas, tais como recursos orçamentários, recurso de compensações de obras de infraestrutura, outorga de concessões, conversões de multas, entre outras. O uso do recurso de financiamento de fontes públicas pode ser combinado, por exemplo, com o provimento de capacitação e assistência técnica.

(iii) FONTES PRIVADAS: Captação de recursos oriundos de doações privadas, fundos de investimento de impacto, fundos verdes nacionais e internacionais, fundos de carbono, fundos patrimoniais (*endowment*), fundos privados de organizações da sociedade civil, entre outros. O uso desses recursos pode ser híbrido, mas eles devem ser prioritariamente empregados para incentivos reembolsáveis, como o fomento de práticas agrícolas sustentáveis, recuperação de solos degradados, restauração de ecossistemas com aproveitamento econô-

mico e do primeiro ciclo de restauração de floresta nativa para fins madeireiros.

A organização de um arranjo como esse, combinando múltiplas fontes, demanda uma gestão estruturada focada na captação contínua, diálogo isonômico e transparente com fundos privados e a preparação de um portfólio de projetos consistente, com objetivos claros, que justifiquem a mobilização das instituições envolvidas. Por ser uma iniciativa *multipartite*, deve envolver um esforço de coordenação e alinhamento político de diferentes esferas da gestão pública (secretarias, procuradoria do estado, agentes responsáveis por assuntos internacionais e relacionamento com organismos multilaterais, autarquias responsáveis por fomento ao investimento privado etc.).

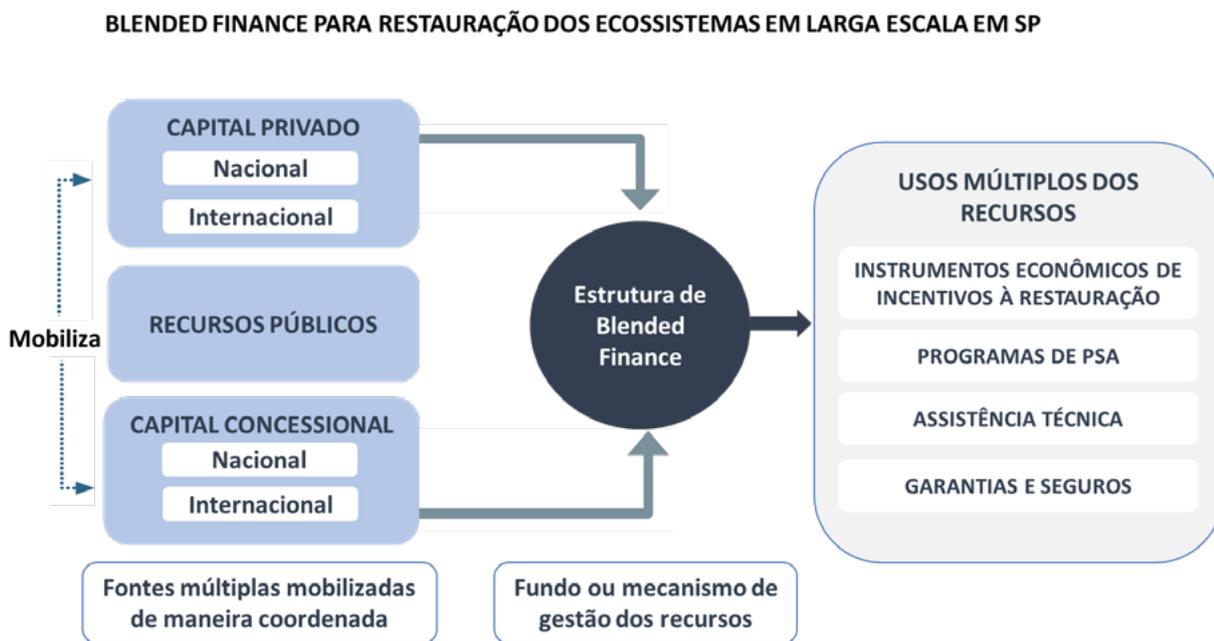


Figura 1. Arranjo de *Blended Finance* para Restauração de Ecossistemas em larga escala no estado de São Paulo. .

A busca por recursos de diferentes organismos multilaterais, agências de fomento e ONGs é uma tarefa contínua e nem sempre evidente. Um caminho para facilitar essa busca é dar atenção ao fato de que essas entidades têm alocado uma parcela significativa de seus investimentos em programas cuja principal finalidade é a adaptação ou mitigação das mudanças climáticas. Por consequência, os fundos e programas de financiamento são estruturados com nomes associados à pauta climática. Todavia, recentemente a pauta da “biodiversidade” passou a ganhar maior relevância. A COP-15 em Montréal contribuiu decisivamente para a emergência dessa pauta e para o surgimento de fundos e programas específicos voltados para a conservação e restauração dos ecossistemas.

A COP 15 E A EMERGÊNCIA DE FUNDOS DE BIODIVERSIDADE

No final de 2022, ocorreu a 15ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) em Montreal, no Canadá. Nesse evento, Estados-membros da ONU, sociedade civil organizada, institutos de pesquisas, iniciativa privada e observadores internacionais tinham pela frente um grande desafio: delinear um novo documento que viesse substituir aquele acordado na 10ª COP realizada em Aichi, Japão, onde haviam sido pactuadas as “Metas de Aichi” e o Plano Estratégico para a Biodiversidade. O desafio tinha contornos mais sérios na medida em que havia sido constatado que o documento de Aichi não obteve os resultados almejados² e uma das principais razões avaliadas foi a falta de compromisso de alocação de recursos para colocar as metas em prática.

Dessa maneira, foi objetivo da COP 15 endereçar essas questões e elaborar um novo pacto que levasse em conta as lições aprendidas do período anterior. Assim, após negociações, em 19 de dezembro de 2022, foi publicado o “Marco Global da Biodiversidade 2030” (MGB). O documento aprova medidas para deter a perda contínua da biodiversidade terrestre e marinha, com quatro objetivos e 23 metas.

Os debates sobre a mobilização de recursos para a conservação da biodiversidade foram centrais nessa COP. O texto final do documento traz em sua meta 19 um conjunto de medidas que as partes se comprometeram a adotar para um aumento substancial de recursos de diferentes fontes. A meta também menciona o fomento às estruturas inovadoras como fundos de impacto, títulos verdes (*green bonds*) e créditos de biodiversidade.



Figura 2. Negociações do Marco Global da Biodiversidade durante a COP 15 em Montréal em dezembro de 2022.

² Conclusões do documento *Global Biodiversity Outlook 5* foram publicadas pelo secretariado da Convenção da Diversidade Biológica em 2020.

Tabela 1. A Meta 19 do Marco Global da Biodiversidade 2030

META 19

Aumentar substancial e progressivamente o nível de recursos financeiros de todas as fontes, de forma efetiva, oportuna e facilmente acessível, incluindo recursos nacionais, internacionais, públicos e privados, de acordo com o Artigo 20 da Convenção, para implementar estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação, até 2030, mobilizando pelo menos 200 bilhões de dólares dos Estados Unidos por ano, inclusive:

(a) Aumentar o total de recursos financeiros internacionais relacionados à biodiversidade de países desenvolvidos, incluindo assistência oficial ao desenvolvimento, e de países que assumir voluntariamente obrigações de países Partes desenvolvidos, para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como países com economias em US\$ 20 bilhões por ano até 2025, e pelo menos US\$ 30 bilhões por ano até 2030;

(b) Aumentar significativamente a mobilização de recursos domésticos, facilitada pela preparação e implementação de planos nacionais de financiamento da biodiversidade ou instrumentos similares de acordo com as necessidades, prioridades e circunstâncias nacionais, e incentivando o setor privado a investir na biodiversidade, inclusive por meio de fundos de impacto e outros instrumentos;

(c) Alavancar o financiamento privado, promover o financiamento misto, implementar estratégias para levantar recursos novos e adicionais, e encorajar a iniciativa privada a investir em biodiversidade, inclusive por meio de fundos de impacto e outros instrumentos;

(d) Estimular esquemas inovadores, como pagamento por serviços ecossistêmicos, títulos verdes, compensações e créditos de biodiversidade, mecanismos de compartilhamento de benefícios, com salvaguardas ambientais e sociais;

(e) Otimizar cobenefícios e sinergias de financiamento visando a biodiversidade e as crises climáticas;

(f) Melhorar o papel das ações coletivas, inclusive por povos indígenas e comunidades locais, ações centradas na Mãe Terra e abordagens não baseadas no mercado, incluindo gestão comunitária de recursos naturais e cooperação e solidariedade da sociedade civil voltada para a conservação da biodiversidade.

(g) Melhorar a eficácia, eficiência e transparência da provisão e uso de recursos;

A leitura estratégica desse novo contexto trazido pela COP 15 é fundamental para o delineamento de políticas públicas pelo estado de São Paulo focadas tanto em buscar novas fontes de recursos para a conservação da rica biodiversidade do estado quanto em estruturar mecanismos de financiamento dos processos de restauração ecológica.

Vale destacar que, desde a COP 15, novos fundos privados e coalizões de investidores de impacto foram criados, estimulados e pautados pelo MGB. Nessa mesma linha, organismos multilaterais e bancos de desenvolvimento atualmente se preparam para a estruturação de programas focados na temática de biodiversidade. A título de exemplo, dentre os organismos multilaterais, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realizou, após Montréal, grande incremento no seu programa BIOFIN (finanças para a biodiversidade), pelo qual apoia, por meio de assistência técnica, entidades nacionais e subnacionais na estruturação de mecanismos e instrumentos para financiamento da conservação e restauração de ecossistemas, incluindo uma atuação mais forte no Brasil. Já pelo lado dos investidores privados é notória a participação de grupos empresariais e do mercado financeiro atuando em coalizões como o Conselho Empresarial Brasileiro pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ou o Finance for Biodiversity Foundation.

Empreender uma ação estratégica pelo estado de São Paulo para a captação de fontes potenciais de recursos que possam ser combinadas e que alavanquem os recursos públicos para o financiamento da conservação e restauração dos ecossistemas é fundamental para o atingimento das metas traçadas no PAC 2050.

FONTES POTENCIAIS DE RECURSOS PARA RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS EM LARGA ESCALA

É no contexto apresentado nos itens anteriores que iniciamos³ um processo de busca ativa por fontes potenciais de recursos que possam alavancar políticas públicas voltadas para a restauração de paisagens e ecossistemas em São Paulo. Este trabalho teve como objetivo a constituição de um portfólio inicial do estado da arte do potencial de fontes que o Estado pode vir a buscar para construir estratégias de financiamento.

Em processo de coprodução, foi elaborado um protocolo para a realização deste levantamento que é sintetizado no Tabela 2.

Tabela 2 Protocolo para o levantamento de potenciais fontes de financiamento.

NOME: NOME DO PROGRAMA
Organização: Nome da instituição ou organismo multilateral.
Departamento: Departamento na instituição pesquisada onde o programa é gerido.
Descrição da fonte: Descrição do programa de financiamento e dos seus objetivos.
Volume de recursos: Volume de recursos totais declarados como disponíveis através de documentos oficiais ou em anúncios de comunicação do programa.
Disponibilidade: Formato da disponibilização do recurso (ex.: editais com prazos, ou fluxo contínuo).
Tipo de operação: Identificação se a operação é não reembolsável (grant) ou reembolsável (financiamento).
Tipo de uso potencial: Avaliação sobre o uso potencial do recurso, seja como constituinte de uma estrutura de Blended Finance, fomento a títulos verdes privados (Green Bonds), ou repasses diretos.
Proposta de abordagem de captação: Aqui são realizadas propostas de como a SEMIL pode se posicionar e apresentar demandas para serem financiadas pelo fundo compatibilizando os objetivos de ambas as partes.
Link: Endereço do site do fundo.

³ O levantamento ocorreu especialmente no âmbito do estágio de pós-doutorado do pesquisador da Esalq-USP, Dr. Fernando Henrique de Sousa, que vem desenvolvendo pesquisa intitulada: “A implementação do novo marco legal de Pagamento por Serviços Ambientais: Quais oportunidades e desafios para a restauração da biodiversidade e impulso à bioeconomia na Década da Restauração dos Ecossistemas 2021 – 2030?”, em reuniões de trabalho com Rafael Chaves e Alexandre Gerard, da Semil.

A partir dessa abordagem foram levantadas 21 fontes potenciais de financiamentos para o Programa, tendo como data base o mês de abril de 2023. Esse levantamento inicial teve por objetivo abordar conceitualmente o potencial de mobilização de recursos quando operado de modo combinado com diferentes tipos e fontes (*Blended Finance*). Contudo, recomendamos que o processo de levantamento seja recorrente por meio de uma lógica de busca ativa por parte de gestores e pesquisadores para atualização constante das fontes.

Nesse sentido, destacamos que uma importante ferramenta foi lançada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em junho de 2023 que poderá ajudar nesse processo de busca ativa pelas novas fontes de financiamento. Trata-se da publicação da plataforma Finance Resources for Biodiversity (Fire) [Fontes de Financiamento para a Biodiversidade], estruturada no âmbito do programa Biofin com apoio de especialistas e pesquisadores de diferentes nacionalidades. O banco de dados também contará com uma constante atualização feita por esses colaboradores sobre os novos lançamentos de diferentes fundos públicos, privados e de organismos multilaterais.

Além disso, a estruturação pelo estado de um portfólio de projetos prioritários com delineamento da sua lógica espacial, temática e programática pode facilitar o processo de captação ao dar maior clareza narrativa e conceitual para os potenciais financiadores acerca da boa alocação dos recursos e da governança que será empregada.

Também destacamos que o diálogo e acompanhamento contínuos junto a essas fontes de recursos podem favorecer o amadurecimento dos diferentes tipos de alocação (recursos reembolsáveis, não reembolsáveis e *green bonds*), facilitando a conversão em captação desses recursos para políticas públicas de restauração de ecossistemas em larga escala.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Planaveg: Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa / Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação. Brasília, 2017.

GLOBAL ENVIRONMENTAL FACILITY. *Innovative Finance for Nature and People: Opportunities and Challenges for Biodiversity-Positive Carbon Credits and Nature Certificates*. International Institute for Environment and Development. 2023. Disponível em: <<http://www.thegef.org>>. Acesso em: 1 abr. 2023.

IUCN. *Forest Landscape Restoration*. Portal da International Union for Conservation of Nature, 2019. Disponível em: <<https://www.iucn.org/our-work/topic/forests/forest-landscape-restoration>>. Acesso em 9 abr. 2023.

METZGER, C. et al. *Contribuições ao Plano de Ação Climática*. Biota Síntese. São Paulo: Fapesp, 2022. Disponível em: <<https://biotasintese.ia.usp.br/products/>>.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. *Global Biodiversity Outlook 5*. Montreal, 2020.

SCHIMITT, J. et al. Oportunidades para estimular a recuperação da vegetação nativa. In: CROUZEILLES, R.; RODRIGUES, R. R.; STRASSBURG, B. B. N (Ed.) BPBES/ IIS: Relatório Temático sobre Restauração de Paisagens e Ecossistemas. São Carlos: Editora Cubo, 2019. p.77. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/978-85-60064-91-5>>.

ANEXO I

DIAGNÓSTICO DE FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A RESTAURAÇÃO DE ECOSISTEMAS EM LARGA ESCALA

- 1. BIODIVERSITY FINANCE INITIATIVE (BIOFIN)**
- 2. CAIXA FLORESTAS**
- 3. BNDES FINEM – RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE (BNDES AMBIENTE)**
- 4. BNDES FLORESTA VIVA**
- 5. BNDES FUNDO CLIMA**
- 6. INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC)**
- 7. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)**
- 8. WORLD WILDLIFE FUND (WWF) – WWF-BRASIL**
- 9. THE NATURE CONSERVANCY (TNC) – TNC-BRASIL**
- 10. GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY (GEF)**
- 11. CONSERVATION INTERNATIONAL (CI) – AGÊNCIA DO GEF (CI-GEF)**
- 12. GLOBAL FUND FOR CORAL REEFS (GFCR)**
- 13. GIZ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (AGÊNCIA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL)**

14. KFW DEVELOPMENT BANK

15. UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID)

16. NEW DEVELOPMENT BANK (NDB)

17. CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

18. AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT (AFD)

19. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA)

20. ASN BIODIVERSITY FUND (ASN BANK)

21. MIROVA NATURAL CAPITAL FUNDS (MIROVA)

1. NOME: Biodiversity Finance Initiative (BIOFIN)

ORGANIZAÇÃO:

Gerenciada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Comissão Europeia e os Governos da Alemanha, Suíça, Noruega e Flandres.

DEPARTAMENTO:

Coordenação pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), em parceria com o Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e PNUD (1ª fase do BIOFIN, entre 2017 e 2019).

DESCRIÇÃO DA FONTE:

A Iniciativa foi lançada em outubro de 2012, pelo PNUD, para enfrentar o desafio de financiamento para biodiversidade de uma forma abrangente e gerar um maior investimento na gestão de ecossistemas e biodiversidade.

O BIOFIN possui uma metodologia que permite quantificar a lacuna de financiamento da biodiversidade em nível nacional, tornando possível melhorar a relação custo-eficácia através da integração da biodiversidade no desenvolvimento nacional e no planejamento setorial. Essa Iniciativa pretende, portanto, ser uma parceira global para enfrentar o desafio de financiamento da biodiversidade e promover estratégias de mobilização de recursos (planos de ação), inseridos em um processo de transformação liderado por atores nacionais, com vistas a captar os recursos necessários para atender as Metas de Aichi definidos no Plano Estratégico 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da renda das pessoas.

Durante a COP-15 em Montréal, o governo britânico anunciou o aporte de mais US\$ 5 milhões para o BIOFIN.

VOLUME DE RECURSOS:

No Brasil, o BIOFIN pretende executar R\$ 10 milhões nos próximos anos para estruturação de projetos e alavancar cerca de R\$ 500 milhões em projetos de Blended Finance com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF), junto a parceiros subnacionais e bancos de desenvolvimento regionais.

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável para apoio à estruturação dos mecanismos.

TIPO DE USO POTENCIAL:

Capacitação para estruturação de mecanismo de Blended Finance e mobilização de investimentos privados

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Rodada de apresentação junto ao PNUD de programa de Blended Finance para financiamento de ações de restauração produtiva, com o uso de contrapartidas do Fundo Estadual de Prevenção e Controle de Poluição (FECOP).

LINK: <https://www.biofin.org/brazil>

2. NOME: CAIXA Florestas

ORGANIZAÇÃO:

Caixa Econômica Federal (CEF)

DEPARTAMENTO:

Caixa Econômica Federal (CEF)

DESCRIÇÃO DA FONTE:

Lançado em 2021, o CAIXA Florestas é uma iniciativa da CAIXA executada por meio da aplicação de recursos do Fundo Socioambiental CAIXA - FSA CAIXA em projetos de valorização da biodiversidade do país, que une ações de inclusão social e para a proteção do meio ambiente. O programa vai atuar na recuperação e proteção de unidades de conservação nacionais em todos os biomas brasileiros. Para isso, serão destinados cerca de R\$ 150 milhões do lucro do banco para a implementação de projetos socioambientais, voltados à preservação do meio ambiente e apoio às comunidades vulneráveis, promovendo ascensão social e econômica.

VOLUME DE RECURSOS:

\$ 150 milhões anuais

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) ou execução de projetos de restauração de corredores ecológicos prioritários.

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Rodada de apresentação do Programa Nascentes junto à diretoria da Caixa e das áreas prioritárias para restauração para mitigação de desastres e abastecimento público.

O acesso aos recursos do FSA CAIXA se dá mediante a seleção de propostas de projeto apresentadas conforme o Plano de Aplicação vigente e de acordo com as modalidades: (i) Seleção pública – projetos selecionados a partir de critérios divulgados em editais específicos; e (ii) Apoio a políticas internas – propostas de projetos estratégicos realizadas pela CAIXA ou por entidades externas diretamente à CAIXA, de acordo com o Plano de Aplicação vigente, alinhada ao Plano Estratégico da CAIXA.

LINK: <https://investcaixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socioambiental-caixa/Paginas/default.aspx>

3. NOME: BNDES Finem – Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade (BNDES Ambiente)

ORGANIZAÇÃO:

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

DEPARTAMENTO:

BNDES Restauração Ecológica

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O BNDES Finem ou BNDES Ambiente é uma das linhas de crédito do BNDES Restauração Ecológica. Financia empreendimentos que restaurem áreas em biomas brasileiros, recuperem e conservem ecossistemas florestais e biodiversidade, ou que promovam seu manejo sustentável e adequado à legislação.

Os financiamentos podem ser solicitados por empresas sediadas no país, empresários individuais, associações e fundações e entidades e órgãos públicos.

São financiáveis itens como (i) estudos e projetos, inclusive diagnóstico energético; (ii) obras civis, montagens e instalações; (iii) aquisição de materiais permanentes; (iv) aquisição de máquinas e equipamentos novos credenciados no BNDES; (v) aquisição de *software* nacional: desenvolvimento ou aquisição de *softwares* desenvolvidos no país e serviços correlatos, obedecidos os critérios estabelecidos no programa BNDES Prosoft – Comercialização; (vi) serviços técnicos especializados: consultorias e certificações; (vii) demais serviços técnicos especializados; e (viii) treinamento: capacitação técnica e gerencial.

VOLUME DE RECURSOS:

A partir de R\$ 10 milhões e com prazo determinado pelas características de cada projeto.

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Fomento aos financiamentos de florestas multifuncionais via captação no mercado (Green Bonds)

TIPO DE USO POTENCIAL:

Financiamento de projetos privados fomentados pelo estado.

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de portfólio de projetos de restauração multifuncional ou de concessão de grandes projetos de infraestrutura do estado de São Paulo que possam ser elegíveis à emissão de Green Bonds quando incluem ações de restauração florestal como contrapartida. Diretamente junto ao BNDES (apoio direto) ou por meio de instituições financeiras credenciadas (apoio indireto), conforme lista disponível no link: <https://bitlybr.com/POpov>.

LINK: <https://bitlybr.com/HkMzt>

4. NOME: BNDES Floresta Viva

ORGANIZAÇÃO:

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

DEPARTAMENTO:

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O Floresta Viva é uma iniciativa conjunta destinada a implementar projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros.

Além da restauração propriamente dita, a iniciativa Floresta Viva também está focada no fortalecimento da estrutura técnica e de gestão da cadeia produtiva do setor de restauração. Espera-se atingir entre 20.000 e 30.000 hectares de área restaurada, com a retirada de 7 a 10 milhões de toneladas de dióxido de carbono da atmosfera, considerando um ciclo de crescimento da vegetação de 25 anos.

A Floresta Viva conta com o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), uma das Agências implementadoras do Global Environment Facility (GEF).

O FUNBIO é uma entidade sem fins lucrativos com larga experiência em gestão financeira de projetos ambientais, que foi selecionado por meio de Chamada Pública do BNDES. O Fundo será responsável pela organização das chamadas públicas de projetos de restauração ecológica e também terá a atribuição de receber os recursos do BNDES e de outras instituições e repassá-los aos projetos selecionados, bem como acompanhar as atividades e resultados.

VOLUME DE RECURSOS:

R\$ 700 milhões em 7 anos

Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/parcerias/floresta-viva>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) /PSA não reembolsável

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de projetos por meio de Chamadas Públicas. Até o momento, foi lançada a **1ª Chamada Pública do Floresta Viva: Manguezais do Brasil**, em 17/11/2022, com inscrições até 06/03/2023, destinada a apoiar projetos de recuperação da vegetação nativa em áreas de manguezal e restinga do País.

LINK: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/parcerias/floresta-viva>

5. Nome: BNDES Fundo Clima

ORGANIZAÇÃO:

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

DEPARTAMENTO:

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O Programa Fundo Clima se destina a aplicar a parcela de recursos reembolsáveis do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, ou Fundo Clima, criado pela Lei nº 12.114 em 09/12/2009, regulamentado pelo Decreto nº 7.343, de 26/10/2010, e atualmente regido pelo Decreto nº 10.143, de 28/11/2019.

O Fundo Clima é um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima e se constitui em um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de garantir recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação das mudanças climáticas. O seu objetivo é apoiar a implantação de empreendimentos, a aquisição de máquinas e equipamentos e o desenvolvimento tecnológico relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos.

O Programa Fundo Clima possui nove subprogramas: (i) Mobilidade Urbana; (ii) Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima; (iii) Máquinas e Equipamentos Eficientes; (iv) Energias Renováveis; (v) Resíduos Sólidos; (vi) Carvão Vegetal; (vii) Florestas Nativas; (viii) Gestão e Serviço de Carbono; e (ix) Projetos Inovadores.

VOLUME DE RECURSOS:

R\$ 80 milhões a cada 2 anos

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Financiamento de restauração de florestas multifuncionais

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) e Green Bonds

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

A estratégia paulista de restauração por florestas multifuncionais poderia utilizar este tipo de fonte para financiamento dos produtores que quiserem aderir ao programa. Neste caso, a SEMIL entraria como ente de fomento e capacitação através da alocação de melhores práticas e aplicativo de cálculo do refloresta para embasar operações de financiamento.

LINK: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>

6. NOME: International Finance Corporation – IFC

ORGANIZAÇÃO:

Escritório do IFC no Brasil (Grupo Banco Mundial)

DEPARTAMENTO:

Climate Business Department do IFC

DESCRIÇÃO DA FONTE:

: A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, promove o desenvolvimento econômico incentivando o crescimento do setor privado nos países em desenvolvimento. Atua na criação de novos mercados, mobilizando investidores e compartilhando conhecimento. A IFC capta recursos por meio da emissão de títulos nos mercados de capitais internacionais, para financiar empréstimos a clientes. O IFC tem fomentado o mercado de Green Bonds e tem apontado para a abordagem de participação em projetos via Blended Finance.

VOLUME DE RECURSOS:

Foram projetados o montante US\$ 15.604,40 milhões investidos no Brasil entre 2018-2022. Para a pauta de Green Bonds, o IFC gerou créditos da ordem de US\$ 11.6 bilhões em Green Bonds até o final de 2022 em 187 operações.

Fonte: <https://pressroom.ifc.org/All/Pages/PressDetail.aspx?ID=27158>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Blended Finance e financiamento de projetos de restauração produtiva (via Green Bonds)

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) e Green Bonds para projetos de restauração produtiva.

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Diretamente junto à IFC, apresentando Propostas de Investimentos e estratégia de Blended Finance ou via Agência de Fomento (p.ex. Desenvolve SP). Após uma análise preliminar, a IFC pode prosseguir solicitando um estudo detalhado de viabilidade ou plano de negócios. Recomenda-se que seja apresentado um portfólio de oportunidades para florestas multifuncionais e projetos passíveis de green bonds a serem mobilizados.

LINK: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/corp_ext_content/ifc_external_corporate_site/solutions/how-to-apply-for-financing

7. NOME: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

ORGANIZAÇÃO:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (Representação no Brasil)

DEPARTAMENTO:

Setor de Instituições para o Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DA FONTE:

Desde 1959, o BID é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Oferece empréstimos, subsídios e cooperação técnica; e realiza inúmeras pesquisas. Mantém compromisso no alcance de resultados mensuráveis e padrões de integridade, transparência e rendição de contas.

As áreas atuais de intervenção do Banco incluem três desafios de desenvolvimento – inclusão social e equidade, produtividade e inovação e integração econômica – e três temas transversais – igualdade de gênero e diversidade, mudança climática e sustentabilidade do meio ambiente, e capacidade institucional do Estado e Estado de direito.

VOLUME DE RECURSOS:

R\$ 1 bilhão em 25 anos, para atividades de inovação e adoção tecnológica de micros, pequenas e médias empresas de São Paulo (parceria Desenvolve SP e BID).

<https://www.investe.sp.gov.br/noticia/desenvolve-sp-e-bid-irao-destinar-r-1-bilhao-para-pequenos-negocios/>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Blended Finance, com a proposta de o Estado de São Paulo atuar por meio da agência de fomento Desenvolve SP, fazendo a intermediação entre (i) o BID, para captação de recursos, e (ii) os beneficiários, para disponibilização de recursos com vistas à restauração ecológica em suas propriedades, à transição para uma agricultura sustentável, dentre outros.

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado)

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Atuação do Estado de São Paulo por meio de agência de fomento (p.ex. Desenvolve SP).

LINK: <https://www.iadb.org/pt/projects-search?country=BR§or=AG&status=Preparation&query=>

8. NOME: World Wildlife Fund (WWF) – WWF-Brasil

ORGANIZAÇÃO:

World Wildlife Fund (WWF)

DEPARTAMENTO:

Finanças para o Clima

DESCRIÇÃO DA FONTE:

Criado em 1996, o WWF-Brasil integra a Rede WWF e atualmente mantém mais de 170 funcionários atuando em mais de 90 projetos na Amazônia, no Cerrado, na Mata Atlântica, no Pantanal e nos ecossistemas marinhos na costa brasileira.

As iniciativas da WWF-Brasil buscam proteger e restaurar a biodiversidade, fortalecer a agricultura familiar e a produção local, além de gerar estudos sobre o impacto do desmatamento e das queimadas, dentre outros. Também atuam no tema Clima e Energia, defendendo e criando soluções para um futuro de segurança climática.

VOLUME DE RECURSOS:

N/A (o WWF-Brasil atua predominantemente como facilitador em soluções de Blended Finance para uma agricultura mais sustentável)

DISPONIBILIDADE:

N/A (O WWF-Brasil atua predominantemente como facilitador em soluções de Blended Finance para uma agricultura mais sustentável)

TIPO DE OPERAÇÃO:

Blended Finance (como contrapartida em capacitação e qualificação dos projetos)

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como contrapartida em capacitação e qualificação dos projetos)

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação para o WWF (e outras ONGs) de modelo de parceria em estrutura de Blended Finance como agente de qualificação de projetos. Em outubro de 2021, o WWF-Brasil realizou, em parceria com a SITAWI (OSICIP atuante no desenvolvimento de soluções financeiras e investimento de impacto socioambiental positivo), o estudo “Blended Finance para Zero Conversão”, que buscou encontrar caminhos para que cadeias produtivas, como soja e pecuária, contem com instrumentos financeiros que incentivam uma atividade mais sustentável e melhor aproveitamento dos recursos. Link para acesso ao estudo: <https://www.wwf.org.br/?81048/Blended-Finance-traz-caminhos-para-uma-producao-agricola-mais-sustentavel>

LINK: <https://www.wwf.org.br/>

9. NOME: The Nature Conservancy (TNC) – TNC-Brasil

ORGANIZAÇÃO:

The Nature Conservancy (TNC)

DEPARTAMENTO:

NatureVest - TNC

DESCRIÇÃO DA FONTE:

A TNC é uma organização não-governamental de liderança global, que trabalha desde 1951 com o desenvolvimento de projetos para combater as mudanças climáticas, proteger terras e águas, fornecer alimentos e água de maneira sustentável e construir cidades sustentáveis.

A TNC possui uma equipe interna de investimento de impacto, a NatureVest, que trabalha com colaboradores de conservação em todo o mundo para obter e estruturar produtos de investimento que apoiem a missão da TNC em escala, por meio do levantamento de capital de investidores que buscam gerar retornos financeiros e resultados de conservação.

VOLUME DE RECURSOS:

US\$ 2,5 bilhões de capital comprometido com transações de conservação (desde 2014)

Fonte: https://www.nature.org/en-us/about-us/who-we-are/how-we-work/finance-investing/naturevest/?tab_q=tab_container-tab_element_696505977

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Projetos em cooperação técnica ou Blended finance (como cotista subordinado)

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) / Cooperação técnica

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Rodada de apresentação junto à TNC-Brasil e NatureVest de programa de Blended Finance para financiamento de ações de restauração de ecossistemas com aproveitamento econômico.

LINK: https://www.nature.org/en-us/about-us/who-we-are/how-we-work/finance-investing/naturevest/?tab_q=tab_container-tab_element_696505977

10. NOME: Global Environment Facility - GEF

ORGANIZAÇÃO:

The GEF

DEPARTAMENTO:

Agências implementadoras do GEF: Banco Mundial, PNUD, PNUMA, Conservação Internacional e FUNBIO.

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O GEF é um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo. Foi estabelecido em 1991 como um programa piloto de USD 1 bilhão do Banco Mundial para apoiar a proteção do meio ambiente global e promover o desenvolvimento sustentável. Desde o seu início, já destinou mais de USD 13 bilhões para cerca de quatro mil projetos em mais de 150 países, incluindo o Brasil. Agências implementadoras do GEF (que aplicam as regras e monitoram os projetos): Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO (desde 2012).

O GEF possui diversos projetos, os quais são divulgados no site por meio de Chamadas Públicas.

Um dos projetos do GEF é a iniciativa Floresta Viva, que tem como objetivo geral contribuir para investimentos em restauração ecológica em biomas brasileiros, com a consequente obtenção de benefícios relacionados à preservação da biodiversidade, disponibilidade de recursos hídricos, redução da erosão, melhoria do microclima, remoção de dióxido de carbono da atmosfera, e geração de empregos e renda.

O FUNBIO, uma das Agências implementadoras do GEF, é o parceiro gestor e responsável pela organização e condução dos processos de seleção, contratação, acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos de restauração da iniciativa Floresta Viva. Eles são contemplados por meio de seleção pública e/ou fomentos estruturados.

VOLUME DE RECURSOS:

Em maio de 2022, o GEF apoiou 640 projetos de manejo florestal sustentável no valor de US\$ 3,65 bilhões;

Doações do GEF para florestas (2018-2022): US\$ 943 milhões;

Apoio à gestão do bioma Amazônia em oito países, inclusive o Brasil (últimos 30 anos): mais de US\$ 400 milhões em doações do GEF e US\$ 3 bilhões adicionais em cofinanciamento.

Fonte: https://www.thegef.org/sites/default/files/documents/2023-03/GEF_IIED_Innovative_Finance_Nature_People_2023_03_1.pdf

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance/PSA não reembolsável

10. NOME: Global Environment Facility - GEF

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em Chamadas Públicas divulgadas no site do GEF. Atualmente, não há Chamadas Públicas em aberto. Todavia, o GEF e a Convenção da Diversidade Biológica estão preparando a constituição do Fundo Global para a Biodiversidade oriundo do Marco Global da Biodiversidade acordado na COP-15.

Sobre a iniciativa Floresta Viva, até o momento foi lançada a sua 1ª Chamada Pública – “Floresta Viva: Manguezais do Brasil”, resultado da junção de recursos do BNDES e da Petrobras, destinada a apoiar projetos de recuperação da vegetação nativa em áreas de manguezal e restinga do País. As inscrições se encerraram em 06/03/2023.

Uma abordagem estratégica para o estado de São Paulo poderia ser a parceria com uma das agências implementadoras do GEF para articulação de uma preparação do estado de São Paulo para posicionamento como potencial área alvo de projetos no âmbito do Fundo Global para Biodiversidade.

LINK: <https://www.funbio.org.br/programas-e-projetos/chamadas-de-projetos/?menu&id=20335>

11. NOME: Conservation International (CI) – Agência do GEF (CI-GEF)

ORGANIZAÇÃO:

Conservação Internacional no Brasil.

DEPARTAMENTO:

Secretaria executiva da Conservação Internacional no Brasil.

DESCRIÇÃO DA FONTE:

Como uma agência do Global Environment Facility (GEF), a Conservation International (CI) discute o financiamento para conservação global e iniciativas de desenvolvimento sustentável.

O GEF canaliza o financiamento por meio de agências do GEF, que são responsáveis por auxiliar governos qualificados e organizações sem fins lucrativos no desenvolvimento, implementação e gerenciamento de projetos do GEF. Em novembro de 2013, a CI tornou-se uma das primeiras organizações sem fins lucrativos a ser credenciada como Agência de Projetos do GEF. A CI trabalha diretamente com governos nacionais em todo o mundo para identificar e elaborar projetos e aconselhar sobre sua execução, certificando-se de que os projetos atendam aos padrões técnicos e financeiro e cumpram as salvaguardas ambientais e sociais do GEF.

Um dos projetos da CI é o "AGRI3 – A Forest Conservation and Sustainable Agriculture Fund for Developing Countries", o qual foi aprovado em 2020 e atualmente está em fase de implementação. O AGRI3 reduzirá o risco de US\$ 1 bilhão em financiamento do setor privado e fornecerá US\$ 15 milhões em assistência técnica para conservação de florestas e agricultura sustentável em países em desenvolvimento e mercados emergentes para enfrentar as mudanças climáticas e a degradação da áreas.

VOLUME DE RECURSOS:

Projeto AGRI3:

Doação total do GEF: US\$ 13.461.468

Total de co-financiamento: US\$ 146.000.000

Fonte: <https://www.conservation.org/gef/projects-list/agri3v>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Estruturação de Blended Finance ou participação como cotista subordinado

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (participação como cotista subordinado)

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em projetos divulgados no site da CI – "Projects".

LINK: [vhttps://www.conservation.org/gef/projects](https://www.conservation.org/gef/projects)

12. NOME: Global Fund for Coral Reefs - GFCR

ORGANIZAÇÃO:

Conservation Finance Alliance (CFA), que está realizando plano de investimento para o Fundo.

DEPARTAMENTO:

Global Fund for Coral Reefs - GFCR

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O GFCR é um instrumento de Blended Finance criado para mobilizar ações e recursos para proteger e restaurar os ecossistemas de recifes de corais. O Fundo, anunciado oficialmente em setembro de 2020, fornece financiamento e capital privado para apoiar intervenções sustentáveis para salvar os recifes de coral e as comunidades que dependem deles.

Agências da ONU, nações, filantropias, investidores privados e organizações se juntaram à Coalizão do Fundo Global para Recifes de Coral, para oferecer resiliência ecológica, social e econômica.

O GFCR opera em países com recifes de coral em todo o mundo, inclusive o Brasil, com foco em intervenções onde os recifes de coral foram identificados como mais resistentes às mudanças climáticas. A análise da resiliência do recife de coral é guiada por cientistas de recifes de coral, especialistas locais e estudos que incluem: 50 Reefs, UNEP Coral Futures, Super Reefs, WWF Reef Rescue e outros.

Projetos que geram impacto ambiental, social e econômico positivo podem ser financiados. O capital é concedido de forma sequencial, para construir uma capacidade local e reduzir o risco do papel do setor privado. As doações financiam assistência técnica, desenvolvimento, doações de emergência e monitoramento e avaliação.

VOLUME DE RECURSOS:

\$ 625 milhões em 10 anos

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável, estruturação de projetos Blended Finance ou participação como cotista subordinado.

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) / ou PSA não reembolsável para estruturação de projetos em áreas piloto

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de Cartas de Interesse em Chamadas publicadas no site do GFCR (página "News&Events").

LINK: <https://globalfundcoralreefs.org/news-events/>

13. NOME: GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Internacional)

ORGANIZAÇÃO:

Representação da GIZ no Brasil

DEPARTAMENTO:

O Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMU), do Governo Alemão, financiam projetos nos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado.

DESCRIÇÃO DA FONTE:

A GIZ é uma empresa federal alemã, fundada em 1975, que tem hoje como principal acionista o Governo Federal Alemão. É especializada em projetos técnicos de cooperação e de desenvolvimento sustentável em escala mundial, em diversos setores, incluindo educação, mitigação das mudanças climáticas, saúde, digitalização e desenvolvimento econômico sustentável.

Para expandir a disponibilidade de financiamento, uma das abordagens da GIZ é trabalhar com projetos de cooperação direcionada com o setor financeiro, através da emissão de títulos e empréstimos sustentáveis. O foco do trabalho da GIZ no Brasil são as energias renováveis e a eficiência energética, bem como a proteção e o uso sustentável da floresta tropical. Além disso, temas como desenvolvimento urbano sustentável ou oportunidades de financiamento para investimentos em prol do clima desempenham um papel cada vez mais importante.

Em nome do governo da Alemanha, a GIZ colabora com parceiros brasileiros na proteção, uso sustentável e recuperação das florestas tropicais desde os anos 90. Atualmente, o Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMU) financiam projetos nos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. Os projetos estão disponíveis no link: <https://www.giz.de/en/worldwide/12055.html>

VOLUME DE RECURSOS:

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance/Green Bonds/PSA não reembolsável

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em projetos publicados no site da GIZ. Exemplos de projetos que envolvem o bioma Mata Atlântica: (i) Produção Sustentável de Cacau por Sistemas Agroflorestais na Amazônia e na Mata Atlântica (em andamento – 2020 a 2024); (ii) Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (encerrado – 2013 a 2020).

LINK: <https://www.giz.de/en/worldwide/12055.html>

14. NOME: KfW Development Bank

ORGANIZAÇÃO:

Governo Federal Alemão

DEPARTAMENTO:

Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)

DESCRIÇÃO DA FONTE:

Há mais de 50 anos, o KfW Development Bank tem ajudado o Governo Federal Alemão a atingir seus objetivos em política de desenvolvimento e cooperação internacional para o desenvolvimento. O objetivo do KfW é ajudar países parceiros a combater a pobreza, manter a paz, proteger o meio ambiente e o clima e moldar a globalização de maneira apropriada. Em nome do governo e principalmente do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ), o KfW financia e apoia programas e projetos que envolvem principalmente atores do setor público em países em desenvolvimento e economias emergentes - desde sua concepção e execução até o monitoramento.

Os modelos de financiamento incluem doações e empréstimos puros de recursos orçamentários, mas também empréstimos que combinam recursos orçamentários e recursos próprios do KfW, com condições favoráveis (juros, prazo). O KfW também concede empréstimos compostos apenas por recursos próprios do KfW em termos e condições proporcionais ao risco.

O KfW está apoiando o Brasil na proteção de florestas tropicais, geração e uso de energia ambientalmente amigável, bem como no desenvolvimento urbano sustentável.

VOLUME DE RECURSOS:

EUR 2,7 bilhões (em 2021)

Fonte: <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Our-topics/SDGs/SDG-13/>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável para preparação de projetos, financiamento para estruturação de projetos piloto ou como cotistas subordinados de estruturas de Blended Finance

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance, PSA não reembolsável

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de projetos com pedidos de financiamento junto ao escritório da KfW no Brasil, em Brasília. E-mail: kfw.brasilia@kfw.de

LINK: <https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Service/Procurement-Regulations/>

15. NOME: United States Agency for International Development (USAID)

ORGANIZAÇÃO:

Governo Americano

DEPARTAMENTO:

Departamento de Estado Americano

DESCRIÇÃO DA FONTE:

A USAID foi criada em 1961 pelo então Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, e lidera o desenvolvimento internacional e os esforços humanitários para salvar vidas, reduzir a pobreza, fortalecer a governança democrática e ajudar as pessoas a progredir além da assistência. Promove assistência técnica a países estrangeiros, inclusive o Brasil, promovendo o progresso humano em larga escala e criando mercados e parceiros comerciais para os Estados Unidos.

Desde 2014, a USAID fornece financiamento para a Parceria para a Conservação da Biodiversidade Amazônica (PCAB), um acordo bilateral plurianual entre os EUA e o Brasil, para apoiar o desenvolvimento local e os esforços de conservação, enquanto trabalha com agências brasileiras, parceiros locais e comunidades. Sobre o bioma Mata Atlântica, uma das parcerias de sucesso gerou a criação de "corredores de biodiversidade", ligando fragmentos florestais isolados por meio de acordos entre proprietários privados e grupos de conservação ambiental. Com a ajuda da USAID, o Instituto BioAtlântica (Ibio), um grupo conservacionista brasileiro, apoiou proprietários de terras preocupados com a conservação e grandes corporações. Em um ano, o programa garantiu 9.000 hectares de florestas nativas protegidas e restauradas.

Fonte: https://www.usaid.gov/sites/default/files/success/files/ss_br_forests.pdf

VOLUME DE RECURSOS:

Investimentos da USAID em Agricultura: 2019: US\$ 875 milhões / 2020: US\$ 846 milhões / 2021: US\$ 851 milhões

Investimentos da USAID na Proteção Ambiental Global: 2019: US\$ 875 milhões / 2020: US\$ 360 milhões / 2021: US\$ 363 milhões

Fonte: <https://results.usaid.gov/results?fiscalYear=2021>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável para estruturação de projetos pilotos e cotista subordinado em estruturas de Blended Finance

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) / PSA não reembolsável (em projetos piloto)

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em projetos publicados no site da USAID – "Business Forecast", onde é possível ter acesso aos programas que atividades que estão sendo planejadas pela USAID.

LINK: <https://www.usaid.gov/business-forecast>

16. NOME: New Development Bank (NDB)

ORGANIZAÇÃO:

New Development Bank

DEPARTAMENTO:

Operations Division

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O New Development Bank (NDB) é um banco multilateral de desenvolvimento estabelecido em 2015 por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), com o objetivo de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em mercados emergentes e países em desenvolvimento (EMDCs).

O NDB financia projetos e inova soluções sob medida para ajudar a construir um futuro mais inclusivo, resiliente e sustentável para o planeta.

VOLUME DE RECURSOS:

Aproximadamente USD 5-6 bilhões por ano.

Fonte: <https://www.ndb.int/investor-relations/investor-faqs/>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Financiamento reembolsável para estruturação de projetos ou atuação como cotista subordinado em Blended Finance

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) / PSA não reembolsável

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em Chamadas Públicas de projetos publicados no site do NDB – "Project Procurement". O NDB possui um rigoroso processo de avaliação de projetos e visa aprovar empréstimos em um período de seis meses, sem comprometer seus padrões de gerenciamento de risco e qualidade de crédito. Os fatores de risco são analisados coletivamente pelo Comitê de Crédito e Investimentos do Banco antes que a operação proposta seja recomendada ao Conselho de Administração para aprovação.

LINK: <https://www.ndb.int/procurement-opportunities/project-procurement>

17. NOME: CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina

ORGANIZAÇÃO:

19 países acionistas - 17 da América Latina e o Caribe, Espanha e Portugal - e por 14 bancos privados da região.

DEPARTAMENTO:

N/A

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O CAF é um banco de desenvolvimento fundado em 1970 e formado por 19 países - 17 da América Latina e o Caribe, Espanha e Portugal - e por 14 bancos privados da região.

O Banco promove um modelo de desenvolvimento sustentável através de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos nos setores públicos e privados na América Latina.

VOLUME DE RECURSOS:

US\$ 7 bilhões até 2030

Fonte: <https://tinyurl.com/3kkcxdaw>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Financiamento reembolsável para estruturação de projetos ou atuação como cotista subordinado em Blended Finance

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado)

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em projetos publicados no site da CAF – “Projetos”.

LINK: <https://www.caf.com/pt/projetos/>

18. NOME: Agence Française de Développement (AFD)

ORGANIZAÇÃO:

AFD Group

DEPARTAMENTO:

Representação da AFD no Brasil (Brasília)

DESCRIÇÃO DA FONTE:

A Agence Française de Développement (AFD) financia, apoia e acelera as transições para um mundo mais justo e sustentável.

Com foco em clima, biodiversidade, paz, educação, desenvolvimento urbano, saúde e governança, a AFD possui mais de 4.000 projetos nos departamentos e territórios ultramarinos da França e em outros 115 países, contribuindo para o compromisso da França e do povo francês em apoiar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

VOLUME DE RECURSOS:

EUR 12,15 bilhões de capital comprometido em 2021, em 995 projetos (AFD Group)

Fonte: <https://www.afd.fr/en/agence-francaise-de-developpement>

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Financiamento reembolsável para estruturação de projetos ou atuação como cotista subordinado em Blended Finance

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance (como cotista subordinado) /PSA reembolsável

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de propostas em projetos publicados no site da AFD – “Current and Forthcoming Calls for Projects”.

LINK: <https://www.afd.fr/en/calls-projects>

19. NOME: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente / Restoration Seed Capital Facility

ORGANIZAÇÃO:

PNUMA

DEPARTAMENTO:

UNEP FI – Departamento de finanças sustentáveis do PNUMA / Restoration Facility Support

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente tem atuado na área de finanças sustentáveis através de seu escritório UNEP FI (localizado em Zurich) e lançou recentemente um programa de apoio à estruturação de fundos voltados para estruturação de blended finance para restauração de paisagens e uso sustentável da terra.

VOLUME DE RECURSOS:

Até US\$ 3,5 milhões em estruturação de fundos para captação e mobilização de investimentos. São estruturadas propostas em três modalidades: (i) estruturação de fundos; (ii) apoio para captação de investidores privados e modelagens; (iii) apoio na estruturação de projetos.

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Recurso não reembolsável para desenvolvimento de estrutura de Blended Finance para restauração.

TIPO DE USO POTENCIAL:

Estruturação de mecanismos de Blended Finance para captação de fundos privados.

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Apresentação de proposta de estruturação de Blended Finance do Refloresta SP para o facility do PNUMA.

LINK: <https://restorationfacility.org/support/>

20. NOME: ASN Biodiversity Fund

ORGANIZAÇÃO:

ASN Bank (Holanda)

DEPARTAMENTO:

Impact Investment Department

DESCRIÇÃO DA FONTE:

O ASN é um banco holandês que criou em 2021 o ASN Biodiversity Fund, estrutura financeira especialmente dedicada para a conservação da biodiversidade e restauração de ecossistemas. Tem foco especial em investimentos em projetos voltados para agrofloresta e pesca sustentável.

VOLUME DE RECURSOS:

EUR 26 milhões

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Participação em estruturas de Blended Finance como investidor privado de impacto ou através de investimentos diretos em companhias que atuam com restauração de florestas multifuncionais.

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance e investimentos diretos em companhias que atuam com restauração de florestas multifuncionais.

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Rodada de negócios em parceria com a Invest SP pós-estruturação de programa de Blended Finance e de oportunidades de investimentos privados no estado de São Paulo.

LINK: <https://beleggingsfondsen.asnbank.nl/fondsen/asn-biodiversiteitsfonds.html>

21. NOME: Mirova Natural Capital funds

ORGANIZAÇÃO:

The Althelia fund

DEPARTAMENTO:

Fundos de Capital Natural

DESCRIÇÃO DA FONTE:

Mirova é uma das principais gestoras privadas de fundos de investimento de impacto atuando desde projetos de investimento ESG em grandes companhias até em investimentos de projetos de impacto de restauração ecológica, agricultura sustentável e projetos de restauração produtiva. O Althelia Fund é especialmente dedicado a soluções baseadas na natureza.

VOLUME DE RECURSOS:

EUR 668 milhões

DISPONIBILIDADE:

Fluxo contínuo

TIPO DE OPERAÇÃO:

Participação em estruturas de Blended Finance como investidor privado de impacto ou através de investimentos diretos em companhias que atuam com restauração de florestas multifuncionais.

TIPO DE USO POTENCIAL:

Blended Finance e investimentos diretos em companhias que atuam com restauração de florestas multifuncionais.

PROPOSTA DE ABORDAGEM DE CAPTAÇÃO:

Rodada de negócios em parceria com a Invest SP pós-estruturação de programa de Blended Finance e de oportunidades de investimentos privados no estado de São Paulo.

LINK: <https://www.mirova.com/en/invest/natural-capital>

AUTORES

Fernando Henrique Sousa

Desenvolvimento da nota técnica e pesquisas de fontes de financiamento

Especialista em finanças sustentáveis e projetos de desenvolvimento em Bioeconomia. Atuou como diretor em projetos de parcerias e monitoramento de unidades de conservação, desenvolveu projetos para organismos multilaterais como o BID, PNUD e ONU Meio Ambiente e Fundação Boticário. É atualmente pós-doutorando pela ESALQ-USP no Departamento de Ciências do Solo, onde desenvolve pesquisas sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). É doutor em Geografia pela Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne e pela USP.

Rafael Barreiro Chaves

Desenvolvimento da nota técnica e desenho da metodologia de coleta

É especialista ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), onde trabalha desde 2009 com foco em políticas e programas de restauração de ecossistemas, serviços ecossistêmicos, e na coprodução de ciência e política pública. Vice-diretor do projeto Biota Síntese, é interlocutor da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística em diversas pesquisas acadêmicas, promovendo a interface com políticas estaduais. Graduado em Ecologia pela UNESP e doutorando em Ecologia pela USP, é conselheiro da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica e do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica.

Alexandre de Gerard Braga

Revisão geral e apoio no desenvolvimento da nota técnica

Servidor Público no Estado de São Paulo desde 2012 no cargo de especialista ambiental, atuando predominantemente com planejamento, desenvolvimento de soluções, coordenação e suporte técnico e de gestão em políticas públicas, como o Projeto Litoral Sustentável, o Programa Nascentes e o Programa Refloresta-SP. É bacharel em administração pela Escola Superior de Propaganda e Marketing e em gestão ambiental pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Foto de capa

Luciana Araújo - Wikimedia Commons

Projeto gráfico e diagramação

Tie Ito

Revisão

Nelson Barbosa

Produção editorial

Fernanda Cunha Rezende